

## PLENÁRIA ESTADUAL DA ADUNESP –13 E 14/2/2019

(Às 9 h, na Praça da Sé, 108, auditório do CEDEM, 1º andar, em São Paulo)

### Prezados docentes,

O não pagamento do 13º salário aos servidores docentes e técnico-administrativos estatutários da Unesp – cerca de 12.700 trabalhadores – até este momento é apenas um dos elementos que compõem a crise instalada em nossa Univesidade, certamente mais grave do que na USP e na Unicamp.

Após mais de duas décadas de absoluta submissão dos nossos reitores à política do governo estadual para as universidades públicas paulistas, a atual administração da Unesp, em meio ao aprofundamento da crise de financiamento, começa a sinalizar “saídas”, no mínimo temerárias, quanto ao futuro da nossa Universidade e da educação superior pública paulista.

Em entrevistas à grande imprensa e nos comunicados internos, o reitor Sandro Valentini tem apontado como vilões centrais da crise a expansão dos anos 2000 e dos últimos anos, o crescimento da demanda por permanência estudantil decorrente da política de cotas, e a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas.

Ocorre que, em vez de pleitear os necessários recursos perenes para contemplar a expansão e a permanência estudantil, e o cumprimento da legislação por parte do governo estadual, a fala reitoral dá a entender que os dois primeiros elementos compõem as causas determinantes da crise atual e, portanto, extirpá-los seria a solução. Ao mesmo tempo, o reitor da Unesp, bem como os seus colegas da USP e da Unicamp, têm “enrolado os pés publicamente nos tapetes das etiquetas”, numa postura temerosa em relação ao Palácio dos Bandeirantes, deixando de cobrar que o governo do estado de São Paulo cumpra a Lei Complementar 1.010/2007, que estabelece que a responsabilidade pelo pagamento da “diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” (a chamada insuficiência financeira) é do tesouro estadual. Isto é muito desconcertante porque, segundo a própria reitoria, esse é o maior problema orçamentário e financeiro da Unesp hoje, correspondendo a cerca de 1/3 da folha de pagamento.

Em matérias na imprensa e em reuniões que teriam ocorrido entre reitor e diretores de unidades, já se fala em fechamento de cursos e de *campi*. Ora, esse nos parece um caminho tão irresponsável e desastroso quanto os espasmos expansionistas sem a contrapartida de recursos perenes. As eventuais economias decorrentes dessa iniciativa resultariam em um montante financeiro que não resolve estruturalmente a crise e, além disso, medidas como essa imporiam um dano irreparável às comunidades afetadas, além de abrirem uma porteira para que o governo avance na política de desmonte completo da Unesp. Sabemos que o atual governador paulista, assim como seus antecessores, não têm qualquer apreço pela educação pública, nem pelas nossas universidades, e têm todo interesse, assim como o governo federal, em acabar com nossas instituições.

Em vez de especular com saídas de caráter duvidoso, como o fechamento de vagas públicas, a reitoria da Unesp tem a obrigação política e moral de fazer – como o fazem a Adunesp e demais entidades do Fórum das Seis – uma denúncia pública e vigorosa das manobras e ilegalidades do governo estadual quanto ao financiamento de suas universidades.

Como bem apontam os estudos do Fórum das Seis, além do gravíssimo ônus para a folha de pagamento decorrente do tratamento dado pelo governo à questão da insuficiência financeira, ele tem manobrado reiteradas vezes com a base de cálculo do ICMS, deixando de fora vários itens, o que traz enorme prejuízo às universidades. Apenas de 2014 a 2017, por exemplo, deixaram de ser considerados na base de cálculo dos recursos para as estaduais cerca de R\$ 13 bilhões, o que resultou numa perda real em torno de R\$ 1.239.480.000 para Unesp, Unicamp e USP!

Ao se apropriar de recursos significativos das universidades, e não assumir a insuficiência financeira como manda a lei, o governo do estado de São Paulo tem promovido um verdadeiro sequestro dos fundos destinados para o seu custeio.

Em resumo, o reitor Sandro e o seu estafe continuam pensando e agindo como se o problema da Unesp fosse o contingente de aposentados/as e pensionistas, e não o descumprimento da legislação por parte do governo estadual. Continuam rebaixando a autonomia universitária com a mesma lógica com que foram criados cerca de 50 cursos novos e seis novos *campi* sem garantias de aporte de recursos perenes, e sob o signo do interesse eleitoral de alguns atores políticos. Acrescente-se a isto a disposição já sinalizada de acolher resignadamente propostas de fechamento de cursos e *campi*, como se, com isso, fosse possível cobrir déficits históricos da Unesp e restabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro perdido pela incúria reitoral e pela indiferença dos poderes executivo e legislativo estaduais. E, para completar esse quadro lamentável, responsabilizam a assunção das camadas mais pobres da população brasileira às universidades pela crise de financiamento por que passam já há algum tempo, argumento esse que desmorona diante da realidade da execução financeira da Unesp.

Estamos num momento crítico, numa situação limite em que precisamos tomar a defesa das universidades estaduais paulistas em nossas mãos, uma vez que nossos gestores não têm se mostrado capazes de fazê-lo. Só a mobilização da comunidade acadêmica pode reverter esse quadro. Não basta se indignar cada qual em seu canto. É preciso uma ação coletiva em defesa da Universidade, dos nossos direitos e salários!

Para que possamos discutir e deliberar sobre a continuidade das iniciativas de mobilização quanto ao 13º salário, a partir dos indicativos enviados pelas assembleias de base (a serem realizadas até o dia 8/2/2019), bem como os demais itens de pauta, e considerando também a realização de reunião extraordinária do Conselho Universitário da Unesp no dia 14/2 para tratar do

pagamento do salário 13º dos estatutários, convoco todas as subseções e representantes de base para a Plenária Estadual da Adunesp, a ser realizada em São Paulo, nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2019, às 9h, na Praça da Sé, 108 (auditório do 1º andar). Conforme deliberação da Plenária anterior, no sentido de convidar 3 debatedores para a o conjuntura atual e a importância de nossas lutas nesse contexto, elencamos três representações: convidamos o Prof. Wagner Romão, presidente da Adunicamp, entidade parceira na luta das estaduais paulistas; Atnágoras Lopes (membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, a Central Sindical ao qual o nosso sindicato nacional é filiado, nome a confirmar); e a Profa. Angélica Lovatto, representando a Adunesp Central na mesa. Eles nos trarão suas relevantes contribuições para melhor compreendermos a conjuntura política no âmbito estadual, federal e, num contexto mais amplo, da América Latina, neste momento de radicalização dos países centrais em relação à periferia, tais como nossa situação trabalhista diante do governo Bolsonaro, o desmonte da educação pública e a ofensiva mundial contra o direito à autodeterminação dos povos, para que estejamos melhor instrumentalizados para as importantes deliberações que teremos que tomar na parte da tarde nos dias 13 e 14 ao discutirmos a seguinte pauta:

**Dia 13/2:**

- 1- Informes;
- 2- Mobilização pelo pagamento do 13º salário;
- 3- Eleições aos Colegiados Centrais da Unesp / Chapão Adunesp;
- 4- Encontro de Subseções da Adunesp;
- 5- Outros.

**Dia 14/2:**

- 1- Avaliação da manifestação do Conselho Universitário sobre o pagamento do 13º salário;
- 2- Indicativos para as assembleias locais;
- 3- Outros.



**João da Costa Chaves Júnior**  
**Presidente da ADUNESP S. SINDICAL**